



Tribunal de Contas do Estado do Acre

Secretaria das Sessões



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ACRE

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

ACÓRDÃO Nº 7.498

NATUREZA DO FEITO: Processo nº 13.173.2009-20-TCE (Processo nº 12.016.2008-01-TCE – Apenso)
ASSUNTO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão nº 5.792/2009 e no Parecer Prévio nº 372/2009, exarados nos autos da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo, exercício de 2007.
RESPONSÁVEL: Senhor Itamar Pereira de Sá
RELATORA: Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo

Recurso de Reconsideração. Prefeito Municipal. Conhecimento. Parcial provimento. Manutenção da irregularidade. Alteração dos fundamentos do Parecer Prévio nº 372/2009. Intimação pessoalmente ao recorrente. Encaminhamento de cópia da prestação de contas e também do presente recurso à Câmara Municipal. Arquivamento dos autos.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **1) conhecer** do Recurso de Reconsideração interposto, por ser próprio e tempestivo, dando-lhe, no mérito, **parcial provimento** de modo a: **a) manter a irregularidade** da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo, relativa ao exercício de 2007, de responsabilidade do senhor Itamar Pereira de Sá, **alterando tão somente os fundamentos do Parecer Prévio nº 372/2009, o qual passará a considerar irregular a prestação de contas, por força do estabelecido no art. 51, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, destacando-se como irregularidades o descumprimento do limite mínimo de gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212, caput, da Constituição Federal) e com a remuneração dos profissionais do magistério (inciso XII, do art. 60, do ADCT, da Constituição Federal, c/c art. 22, da Lei Federal nº 11.494/2007) e a inconsistência da demonstração da dívida fundada relativa ao ano de 2007; e b) anular** o Acórdão nº 5.792/2009 e, conseqüentemente, todas as cominações dele advindas; **2) intimar pessoalmente** o recorrente desta decisão; **3) encaminhar** cópia da prestação de contas e também do presente recurso à Câmara Municipal de Marechal Thaumaturgo, para julgamento, consoante prevê o art. 23, § 1º e § 2º, da Constituição Estadual de 1989; e **4) finalmente, arquivar** os autos.-.-.-.-.-.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre

Rio Branco – Acre, 10 de novembro de 2011

Conselheiro RONALD POLANCO RIBEIRO

Presidente do TCE/ACRE

Av. Ceará, 2994, Jardim Nazle – Rio Branco – Acre – Cep.: 69.907-000
Telefone: (68)3025-2039 – Fonefax: (68)3025-2041 – Email: pres@tce.ac.gov.br



Tribunal de Contas do Estado do Acre
Secretaria das Sessões



Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

(A C Ó R D ã O Nº 7.498 – FL. 02)

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Fui presente:

SÉRGIO CUNHA MENDONÇA
Procurador-Chefe do M.P.E/TCE/ACRE